



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140930 - MG (2021/0003180-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE SANTOS SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : RAMON SANTOS GOMES - MG112372
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PEDRO HENRIQUE SANTOS SOUZA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.580663-1/000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta "não haver motivos para manter o requerente preso provisoriamente, considerando não existir risco da ordem pública" (fl. 223), em especial diante da fragilidade dos indícios de autoria.

Aduz que não estão presentes os requisitos da segregação cautelar e que não há fundamentação idônea para a prisão, pois "percebe-se que tanto o Ilustre Magistrado *a quo* decretou a prisão preventiva do Paciente, baseado apenas em indícios mínimos de autoria pelo delito de Tráfico de Drogas" (fl. 228).

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que possa responder em liberdade a ação penal, com eventual aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou

mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente